

INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL INAF / BRASIL - 2007

APRESENTAÇÃO

O Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa - parceiros na criação e implementação do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) - organizaram o presente relatório para apresentar as análises e interpretações dos resultados da mensuração dos níveis de alfabetismo da população adulta brasileira, realizada no segundo semestre de 2007.

Realizado desde 2001, o Inaf/Brasil é baseado em entrevistas e testes cognitivos aplicados a amostras nacionais de 2.000 pessoas representativas dos brasileiros e brasileiras entre 15 e 64 anos de idade, residentes em zonas urbanas e rurais em todas as regiões do país.

O ano de 2007 foi marcado por um significativo aumento do espaço dedicado à Educação na pauta da mídia brasileira: a análise de indicadores de desempenho escolar, a discussão de planos e propostas governamentais e da sociedade civil e a atenta cobertura de iniciativas bem sucedidas têm certamente contribuído para que a promoção de uma educação de qualidade para todos passe crescentemente a fazer parte da agenda de prioridades dos brasileiros.

E é com este debate que o Inaf/Brasil busca contribuir, trazendo dados complementares e inéditos, focados não apenas naqueles que frequentam a escola e sim na população como um todo, estimulando a promoção de ações e políticas públicas que permitam a incorporação de crescentes parcelas de brasileiros à comunidade letrada contemporânea.

As informações produzidas pelo Inaf/Brasil são valiosas para orientar ações de melhoria na qualidade e na adequação da educação escolar às necessidades e interesses da população. Seu escopo, entretanto, exige uma visão ampla da educação, abrangendo também aquela que acontece fora dos muros escolares. Os resultados do Inaf/Brasil convocam, além da escola, as empresas públicas e privadas, as ONGs, a imprensa, o mercado editorial, as bibliotecas e os centros de inclusão digital a desempenhar, de forma mais consciente e pró-ativa, seu papel na promoção de oportunidades educativas e na democratização da cultura escrita no Brasil.

INTRODUÇÃO

É considerada analfabeta funcional a pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever, não tem as habilidades de leitura, de escrita e de cálculo necessárias para viabilizar seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Este conceito adquire crescente relevância no Brasil, uma vez que a tendência à universalização do acesso das crianças à escola leva à concreta redução do número de analfabetos absolutos. Além disso, várias iniciativas nas diferentes instâncias de governo estimulam a permanência dos alunos na escola, combatem a evasão e promovem o retorno às salas de aula dos jovens e adultos, contribuindo assim para que o nível nominal de escolaridade da população avance, como indicam os dados abaixo.

Evolução dos principais indicadores de escolarização da população brasileira

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
Porcentagem de crianças e jovens entre 4 e 17 anos que frequentam a escola	77,9	79,2	81,3	83,2	84,6	86,5	87,3	87,9	88,5	88,9
Porcentagem de crianças entre 7 e 14 anos que frequentam a escola	85,9	87,1	89,0	91,5	93,0	93,9	94,5	94,7	94,8	95,4
Anos médio de estudo de pessoas com 25 anos ou mais	5,2	5,4	5,5	5,6	5,7	6,0	6,1	6,3	6,4	6,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Obs.: A pesquisa não foi a campo em 2000.

A questão que se põe atualmente é se o acesso e a frequência à escola são suficientes para garantir a aquisição de habilidades necessárias à vida pessoal e profissional, bem como a seu desenvolvimento como cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Ao lado dessa, coloca-se a de como reparar a exclusão educacional de milhões de cidadãos que já ultrapassaram a idade da escolarização regular e que não concluíram a educação básica.

Diferentemente de outros indicadores tais como ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) ou Prova Brasil, o Inaf não se limita a retratar a situação da população que atualmente frequenta a escola e sim de todos os brasileiros entre 15 a 64 anos, estejam ou não estudando. Os resultados do Inaf revelam, portanto, as condições de alfabetismo de uma população que majoritariamente já integra a força de trabalho do país e é composta por consumidores, eleitores, chefes de família. Com foco nessa população, a pesquisa avalia habilidades necessárias para viver em uma sociedade letrada, exercendo com autonomia seus direitos e responsabilidades. Tais habilidades resultam da educação continuada, que abarca tanto o ensino formal quanto o não formal e as oportunidades de aprendizagem ao longo de toda a vida.

APERFEIÇOAMENTO METODOLÓGICO

O Indicador de Alfabetismo Funcional - Inaf/Brasil - foi publicado anualmente entre 2001 e 2005, focalizando alternadamente habilidades de leitura/escrita (2001, 2003 e 2005) e habilidades matemáticas (2002 e 2004).

No ano de 2006, a metodologia do Inaf/Brasil foi aperfeiçoada com a introdução da TRI - Teoria da Resposta ao Item, uma técnica estatística que propõe modelos teóricos que representam o comportamento das respostas atribuídas a cada uma das questões como uma função da habilidade do indivíduo¹. Em outras palavras, cada questão do teste tem seu grau de dificuldade definido *a priori* e a pontuação (proficiência) de cada indivíduo respondente varia de acordo com o grau de dificuldade das questões que foi capaz de responder corretamente.

A introdução da TRI permitiu também a realização de novas análises que levaram à construção de uma escala única de alfabetismo. Tanto no domínio da leitura e escrita (Letramento) como no da matemática (Numeramento)², o que está em jogo é a capacidade de **processar informação** a partir de textos escritos. No caso do alfabetismo em leitura e escrita, a informação a

Notas técnicas

1) A Teoria da Resposta ao Item é também utilizada em testes promovidos pelo MEC (ministério da educação), como o SAEB / Prova Brasil e ENEM e em estudos internacionais semelhantes, como os realizados pela OECD (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) e UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação: desde 1996, a OECD conduz o *International Adult Literacy Assessment* (IALS), uma iniciativa que, entre 1994 e 1998, recolheu dados comparativos de 19 países, quase todos na Europa e América do Norte. Em 2005, a UNESCO Canadá passou a conduzir uma iniciativa visando adaptar essa mesma metodologia de estudo do alfabetismo para países pobres, com índices muito mais baixos de escolarização, o Literacy Assessment and Monitoring Programme (LAMP)

2) O termo “letramento”, assim como “alfabetismo” foram utilizados no Brasil como correspondentes ao termo em inglês *literacy*, que corresponde à condição de pessoas ou grupos sociais que fazem uso da linguagem escrita. No ambiente educacional brasileiro, o termo que se popularizou foi o de letramento, que destaca a capacidade de utilizar a linguagem escrita em diversas práticas sociais, em contraposição a um conhecimento formalizado das regras de funcionamento do código. Posteriormente, por analogia, passou-se também a se utilizar o termo *numeracy* para designar a capacidade de operar, em situações práticas, com informações que envolvem quantificação, medidas, representações espaciais e tratamento de dados. O INAF mantém o uso do termo Alfabetismo - contraposto ao de Analfabetismo - considerando os dois domínios: letramento (processamento de informação verbal em diversos formatos; compreensão e expressão escrita) e numeramento capacidade de compreender e operar com noções e representações matemáticas envolvidas em situações cotidianas. As situações cotidianas envolvem operações mais simples ou mais complexas, tanto de leitura e escrita quanto de operações matemáticas; o que as caracteriza é envolver tarefas que não requerem muita especialização, tarefas que qualquer pessoa deveria poder realizar com autonomia, seja executar uma receita culinária, seja compreender os argumentos expressos no editorial de um jornal de grande circulação.

ser processada é verbal, enquanto no alfabetismo matemático a informação é quantitativa. Com base nesse conceito, foi possível construir uma única escala combinada, submetida a testes psicométricos que confirmaram sua validade.

Graças a essas novas análises, o Inaf/Brasil passa a disponibilizar, a partir de 2007, uma informação inédita: o Alfabetismo Funcional propriamente dito, medido por testes que mensuram habilidades de leitura, escrita e matemática simultaneamente.

Os testes - especialmente desenhados para esta finalidade - abordam temas práticos do cotidiano (bilhetes, notícias, instruções, textos narrativos, gráficos, tabelas, mapas, anúncios etc.) e são acompanhados ainda de um amplo questionário que aborda características sócio-demográficas e práticas do dia-a-dia do entrevistado.

Analisando as tarefas propostas em diferentes níveis de dificuldade foi possível descrever as habilidades de letramento e numeramento exigidas e identificar elementos comuns relacionados ao nível de complexidade das tarefas: da leitura de números e palavras/sentenças em contextos familiares às operações mais complexas, que envolvem maior capacidade de análise e maior controle. Definem-se então os quatro níveis de alfabetismo:

- **Analfabetismo**

Corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços etc.).

- **Alfabetismo nível rudimentar**

Corresponde à capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares (como um anúncio ou pequena carta), ler e escrever números usuais e realizar operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias ou fazer medidas de comprimento usando a fita métrica.

- **Alfabetismo nível básico**

As pessoas classificadas neste nível podem ser consideradas funcionalmente alfabetizadas, pois já lêem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências, lêem números na casa dos milhões, resolvem problemas envolvendo uma sequência simples de operações e têm noção de proporcionalidade. Mostram, no entanto, limitações quando as operações requeridas envolvem maior número de elementos, etapas ou relações.

- **Alfabetismo nível pleno**

Classificadas neste nível estão as pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar elementos usuais da sociedade letrada: lêem textos mais longos, relacionando suas partes, comparam e interpretam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses. Quanto à matemática, resolvem problemas que exigem maior planejamento e controle, envolvendo percentuais, proporções e cálculo de área, além de interpretar tabelas de dupla entrada, mapas e gráficos.

Os níveis de alfabetismo acima definidos descrevem as habilidades medidas por meio de uma escala combinada, que inclui leitura, escrita e matemática. Além disso, graças a estimadores estatísticos fornecidos pela TRI, foi possível verificar retroativamente os resultados de anos anteriores com base na escala combinada de Alfabetismo.

A coerência entre as medidas divulgadas anteriormente e as apuradas com base nas novas subescalas é altíssima, como demonstra a tabela abaixo:

Classificação na Escala 2001-2005	Classificação nas novas subescalas									
	LETRAMENTO					NUMERAMENTO				
	ANALFA BETO	RUDI MENTAR	BÁSICO	PLENO	Total geral	ANALFA BETO	RUDI MENTAR	BÁSICO	PLENO	Total geral
ANALFABETO	99,7%				12,3%	93,9%	0,1%			5,7%
RUDIMENTAR	0,3%	100,0%	0,7%		26,0%	6,1%	97,8%	1,1%		28,9%
BÁSICO			96,1%	0,4%	34,4%		2,0%	97,9%	2,1%	42,6%
PLENO			3,1%	99,6%	27,2%			1,0%	97,9%	22,9%
Total geral	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	12,3%	25,7%	35,7%	26,2%		6,0%	28,7%	42,4%	22,9%	

Nessa retrospectiva, aproveitamos também a oportunidade para balancear mais corretamente os resultados, pois as amostras utilizadas em alguns anos subestimavam ligeiramente a proporção de pessoas com pouquíssima ou nenhuma instrução (que se declaravam analfabetas de acordo com o critério utilizado pelo IBGE).

Note-se que nas séries históricas apresentadas neste relatório consideramos médias móveis de 2 em 2 anos para o período 2001-2005 (ou seja, combinando sempre os resultados de leitura/escrita com os de matemática, de modo a garantir a comparabilidade com os dados de 2007, que já contemplam as duas áreas do conhecimento).

Nos levantamentos anuais do Inaf/Brasil, o intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, sobre os resultados encontrados no total da amostra. A definição de amostras, a coleta de dados e seu processamento são feitos por especialistas do IBOPE Inteligência que, com o mesmo rigor com que realizam seus demais trabalhos, oferecem esses serviços em apoio à ação social realizada pelo Instituto Paulo Montenegro. Para o desenvolvimento dos instrumentos de medição de habilidades, assim como para a interpretação dos resultados, o Inaf conta com a expertise da Ação Educativa - organização que há quase quinze anos desenvolve projetos de pesquisa e intervenção no campo da alfabetização e educação de jovens e adultos - além da contribuição de especialistas de importantes centros universitários do país.

RESULTADOS INAF/BRASIL 2007

1) Evolução do Alfabetismo no Brasil no período 2001-2007

Como se sabe, a escolarização da população brasileira vem crescendo rápida e consistentemente nas últimas décadas, com a universalização do acesso e o estímulo à permanência na escola. Entre as crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos, o atendimento praticamente se universalizou, o ensino médio teve uma ampliação vertiginosa nas últimas décadas, assim como vem crescendo o acesso ao ensino superior, principalmente graças a programas de financiamento educativo e a programas de educação de jovens e adultos.

Os resultados do Inaf/Brasil ao longo do período 2001-2007 mostram que esses esforços têm produzido resultados na melhoria das capacidades de alfabetismo da população brasileira. Mostram, entretanto, que além de ampliar o acesso, é preciso investir na qualidade da educação, de modo a que a escolarização garanta de fato as aprendizagens necessárias para que os cidadãos se insiram de forma autônoma e responsável na sociedade moderna.

A tabela abaixo mostra a evolução do indicador para o Total Brasil no período de 2001 a 2007, lembrando que para o período 2001 a 2005 são utilizadas médias móveis, para assegurar a comparabilidade dos dados.

INAF / BRASIL - Evolução do Indicador

	2001-2002	2002 - 2003	2003 - 2004	2004 - 2005	2007
Analfabeto	12%	13%	12%	11%	9%
Rudimentar	27%	26%	26%	26%	25%
Básico	34%	36%	37%	38%	38%
Pleno	26%	25%	25%	26%	28%
Escore Médio	99	99	100	100	103

Com efeito:

- a proporção dos brasileiros de 15 a 64 anos classificados pelo Inaf como “analfabetos absolutos” vem caindo ao longo dos anos, totalizando 9% neste levantamento. O mesmo vem ocorrendo com a parcela de indivíduos classificados no nível rudimentar de alfabetismo, equivalente, em 2007, a 25% da população na faixa etária considerada;
- pode-se ainda observar um contínuo crescimento do nível básico, que passou de 34% em 2001-2002 para 38% em 2007;
- o nível pleno tem oscilado por volta de ¼ do total de brasileiros, tendo 2007 indicado também uma tendência de melhoria.

Pode-se ainda confirmar a tendência verificada acima através da pontuação média para cada um dos períodos. Esta pontuação ou score (que equivale a uma “nota”) varia de 0 a 200, tendo seu ponto médio ao redor de 100. Após oscilar ao redor da média nos primeiros 5 anos, 2007 mostra uma variação positiva.

Uma maneira mais sintética de descrever a evolução deste indicador consiste em agrupar os dois primeiros níveis, Analfabetos Absolutos e Alfabetizados em nível Rudimentar como **Analfabetos Funcionais**, enquanto que os indivíduos classificados nos níveis Básico e Pleno constituem o grupo dos **Alfabetizados Funcionalmente**.

Neste contexto, o Inaf/Brasil, em sua edição de 2007, confirma uma evolução positiva do alfabetismo funcional no país:

		INAF BRASIL - população de 15 a 64 anos EVOLUÇÃO DO INDICADOR				
		2001-2002	2002 - 2003	2003 - 2004	2004 - 2005	2007
Analfabeto Rudimentar	ANALFABETOS FUNCIONAIS	39%	39%	38%	37%	34%
Básico Pleno	ALFABETIZADOS FUNCIONALMENTE	61%	61%	62%	63%	66%

Embora positiva em termos de avanço com relação ao início da década, esta constatação não permite comemorações, dada a ainda enorme defasagem com relação a outros países.

Internacionalmente, as medidas de alfabetismo funcional tomam por base os anos de estudo da população, considerando analfabetos funcionais as pessoas que não completaram pelo menos a 4ª série do ensino fundamental. Supostamente, ao completar esta série, os alunos já deveriam dominar habilidades básicas de alfabetismo. Analogamente, espera-se que ao concluir o ensino fundamental (8ª série), tais habilidades atinjam um desenvolvimento que permitisse uma inserção mais plena na cultura letrada. Ainda estamos longe desta realidade, como veremos a seguir.

2) A importância da escolaridade no Alfabetismo Funcional

Os dados consolidados do Inaf no período de 2001 a 2007 confirmam que a escolarização é, de fato, o principal fator de promoção das habilidades de alfabetismo da população: quanto maior o nível de escolaridade, maior a chance de atingir bons níveis de alfabetismo. Entretanto, os resultados mostram também que nem sempre o nível de escolaridade garante o nível de habilidades que seria esperado.

A análise dos níveis de alfabetismo por grau de escolaridade evidencia a realidade da situação brasileira:

Inaf / Brasil (2001-2007)

	% de 1ª a 4ª série	% de 5ª a 8ª série	% Ensino Médio	% Ensino Superior ou mais	% Total Brasil (com alguma escolaridade)	% Total Brasil (inclui pessoas sem escolaridade)
Analfabeto	13	1	0	0	4	11
Rudimentar	52	26	8	2	26	26
Básico	30	53	45	24	41	37
Pleno	5	20	47	74	29	26
ANALFABETOS FUNCIONAIS	65	27	8	2	30	37
ALFABETIZADOS FUNCIONALMENTE	35	73	92	98	70	63

- A maioria (65%) dos brasileiros entre 15 e 64 anos que estudaram até a 4ª série atinge no máximo o grau rudimentar de alfabetismo, ou seja, possuem no máximo a habilidade de localizar informações explícitas, em textos curtos ou efetuar operações matemáticas simples, mas não são capazes de compreender textos mais longos, localizar informações que exijam alguma inferência ou mesmo definir uma estratégia de cálculo para a resolução de problemas.

- E ainda mais grave: 13% destas podem ser considerados **analfabetos absolutos** em termos de habilidades de leitura/escrita, não conseguindo nem mesmo decodificar palavras e frases, ainda que em textos simples ou apresentam grandes dificuldades em lidar com números em situações do cotidiano, **apesar de terem cursado de um a quatro anos do Ensino Fundamental**.
- Dentre os que cursam ou cursaram da **5ª a 8ª série**, apenas 20% pode ser considerado plenamente alfabetizado, enquanto que a maioria se enquadra nos nível básico de alfabetismo. Chama mais a atenção o fato de **26% dos que completaram entre 5 a 8 séries do ensino fundamental ainda permaneçam no nível rudimentar**, com sérias limitações tanto em termos de suas habilidades de leitura/escrita quanto em matemática.
- Enquanto 47% dos que cursaram ou estão cursando o **Ensino Médio** atingem o nível Pleno de alfabetismo (esperado para 100% deste grupo) praticamente outros tantos (45%) **permanece no nível básico**.
- Somente entre os que chegam ou completaram o **Ensino Superior** é que prevalecem (74%) os indivíduos com **pleno domínio das habilidades de leitura/escrita e das habilidades matemáticas**.

O Inaf/Brasil 2007 traz importantes alertas sobre a necessidade de garantia de uma educação de qualidade, ao revelar, por exemplo, a redução da proporção daqueles plenamente alfabetizados no grupo com escolaridade de 5ª a 8ª série:

Inaf / Brasil - 15 a 64 anos com Escolaridade de 5ª a 8ª série

	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2007
Analfabeto	1	1	1	1	1
Rudimentar	26	26	25	27	26
Básico	51	50	52	53	57
Pleno	22	23	21	19	16

Como vimos, o Inaf aponta, para o ano de 2007, uma ligeira tendência de melhora com relação ao Alfabetismo Funcional na população entre 15 e 64 anos no Brasil. Para melhor compreender esta dinâmica é importante identificar em quais segmentos populacionais têm ocorrido variações mais significativas.

3) O comportamento por Faixas Etárias no período 2001-2007

A informação revelada pelo Inaf/Brasil quando analisada a evolução dos níveis de alfabetismo de acordo com diferentes grupos etários é muito interessante:

	% de 15 a 24 anos					% de 25 a 34 anos					% de 35 a 49 anos					% de 50 a 64 anos				
	01-02	02-03	03-04	04-05	07	01-02	02-03	03-04	04-05	07	01-02	02-03	03-04	04-05	07	01-02	02-03	03-04	04-05	07
ANALFABETO	3	2	2	3	3	7	7	6	4	4	15	15	14	13	12	29	32	31	27	20
RUDIMENTAR	19	19	18	18	14	26	23	23	23	22	31	32	32	31	28	37	34	32	34	39
BÁSICO	43	44	45	46	46	35	40	42	42	39	32	33	33	34	35	23	23	25	26	29
PLENO	35	35	35	33	37	32	30	29	30	35	22	20	21	22	24	11	11	11	13	12
ANALFABETOS FUNCIONAIS	22	21	20	21	17	33	30	28	28	26	46	47	46	44	40	66	67	64	62	59
ALFABETIZADOS FUNCIONALMENTE	78	79	80	79	83	67	70	72	72	74	54	53	54	56	60	34	33	36	38	41
	pontos percentuais de melhoria 5					pontos percentuais de melhoria 7					pontos percentuais de melhoria 6					pontos percentuais de melhoria 7				

- De um lado, evidencia a diferença do nível de alfabetismo funcional entre os mais jovens e os mais velhos: com efeito, enquanto que entre os brasileiros de 15 a 24 anos a proporção de “analfabetos funcionais” chega em 2007 a 17% “apenas”, esta cresce para 26% e 40% respectivamente para os grupos entre 25 e 34 anos e entre 35 e 49 anos. Já para o grupo entre 50 e 64 anos esta proporção chega a 59%: uma clara confirmação do impacto positivo da universalização do ensino fundamental;
- Por outro lado, nota-se uma evolução nas faixas de idade entre 25 e 49 anos, não acompanhada pelos mais jovens. Esse fato pode ser um resultado da ampliação da oferta de educação de jovens e adultos, assim como de oportunidades não formais de aprendizagem, no universo do trabalho ou das práticas culturais.

4) O comportamento por Gênero no período 2001-2007

No Brasil, as mulheres têm, em média, uma escolaridade superior à dos homens. Nas avaliações escolares, as mulheres também revelam um desempenho melhor em leitura e uma desvantagem em matemática. Os dados do Inaf mostram que - ao combinarmos ambas as áreas - há um relativo equilíbrio entre os dois gêneros, com uma ligeira vantagem para as mulheres.

	% Homens (15 a 64 anos)					% Mulheres (15 a 64 anos)				
	01-02	02-03	03-04	04-05	07	01-02	02-03	03-04	04-05	07
ANALFABETO	12	13	12	12	10	12	13	11	10	9
RUDIMENTAR	27	26	25	24	26	27	26	26	28	23
BÁSICO	34	37	38	38	37	35	36	37	38	39
PLENO	27	24	25	27	27	26	25	26	24	28
ANALFABETOS FUNCIONAIS	40	39	37	36	36	39	39	37	38	33
ALFABETIZADOS FUNCIONALMENTE	60	61	63	64	64	61	61	63	62	67
	pontos percentuais de melhoria					pontos percentuais de melhoria				
	4					6				

Com efeito:

- Enquanto 67% das brasileiras entre 15 e 64 anos atingem os níveis básico e pleno de alfabetismo em 2007, este mesmo patamar é alcançado por 64% dos homens nesta mesma faixa de idade.
- Além disso, as mulheres demonstram um evolução um pouco maior no período 2001-2007.

5) Alfabetismo por Região no período 2001-2007

O Inaf Consolidado do período de 2001 a 2007 retrata a distribuição dos diferentes níveis de alfabetismo pelo território nacional permitindo evidenciar contrastes e, por vezes, profundas diferenças regionais:

INAF/BRASIL 2001 A 2007					
	% Norte/CO	% Nordeste	% Sudeste	% Sul	% Brasil
Analfabeto	18	16	8	5	11
Rudimentar	23	31	25	24	26
Básico	35	34	38	38	37
Pleno	24	19	28	33	26
ANALFABETOS FUNCIONAIS	41	47	33	29	37
ALFABETIZADOS FUNCIONALMENTE	59	53	67	71	63

- A população da região Sul é a que tem níveis mais altos de alfabetismo, com 71% funcionalmente alfabetizados, sendo 1/3 de forma plena.
- No extremo oposto, a Região Nordeste é a que apresenta maior contingente de analfabetos funcionais, correspondentes a 47% da população entre 15 e 64 anos.
- Nota-se ainda uma semelhança no perfil da população das regiões Sul e Sudeste (maior concentração no nível básico, um número reduzido de analfabetos e proporções próximas entre nível rudimentar e pleno).

O Inaf/Brasil 2007 traz, na análise da evolução do alfabetismo funcional por regiões, uma notícia positiva: é nas regiões onde o problema é mais grave que se notam os mais significativos avanços:

	% Nordeste					% Norte / Centro-Oeste					% Sudeste					% Sul				
	01-02	02-03	03-04	04-05	07	01-02	02-03	03-04	04-05	07	01-02	02-03	03-04	04-05	07	01-02	02-03	03-04	04-05	07
ANALFABETO	18	16	17	12	18	21	25	20	16	9	9	9	7	9	6	3	4	8	7	5
RUDIMENTAR	33	31	29	32	28	23	19	21	27	27	27	26	22	23	21	23	24	24	23	
BÁSICO	30	34	37	38	32	31	33	35	36	37	36	36	38	40	42	39	43	38	34	38
PLENO	19	18	17	18	22	25	23	24	21	28	27	28	29	29	29	38	30	30	34	33
ANALFABETOS FUNCIONAIS	51	48	46	45	46	44	43	41	43	35	36	36	32	32	29	23	27	32	32	28
ALFABETIZADOS FUNCIONALMENTE	49	52	54	55	54	56	57	59	57	65	64	64	68	68	71	77	73	68	68	72
	pontos percentuais de melhoria					pontos percentuais de melhoria					pontos percentuais de melhoria					pontos percentuais de melhoria				
	5					9					7					-5				

Mais uma vez, se evidencia a direta correlação entre os níveis atuais de alfabetismo da população adulta e a oferta de escolarização em períodos anteriores. A tabela abaixo mostra as diferenças regionais, para diferentes faixas etárias:

	% DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELA REDE DE ENSINO											
	DE 4 A 6 ANOS			DE 7 A 14 ANOS			DE 15 A 17 ANOS			DE 4 A 17 ANOS		
	1995	2001	2005	1995	2001	2005	1995	2001	2005	1995	2001	2005
Brasil	53	66	73	90	96	97	67	81	82	78	87	89
Norte	55	60	66	91	95	97	74	80	81	80	84	87
Nordeste	56	71	78	85	95	96	63	79	79	75	86	89
Sudeste	55	68	76	94	97	98	70	84	85	81	88	91
Sul	45	55	62	92	97	98	60	79	81	76	84	87
Centro-Oeste	48	55	63	92	97	98	66	80	82	77	84	87

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - IBGE.

- Na faixa dos 7 aos 14 anos, a proporção de crianças e adolescentes que frequentavam a escola na região Nordeste em 1995 era sensivelmente inferior às demais regiões brasileiras. Esta diferença praticamente desapareceu em 2005.
- Entre as crianças entre 4 e 6 anos e os jovens de 15 a 17 anos as ainda maiores - e por vezes surpreendentes - diferenças regionais embora ainda existentes, foram bastante atenuadas na última década.

Vale lembrar que os dados acima devem ser analisados em conjunto com outras variáveis, principalmente aquelas que indicam a defasagem idade x série e a escolaridade da população adulta, pois estas mostram, e por vezes explicam, diferenças regionais no próprio Inaf.

A tabela abaixo traz algumas destas informações:

- Em 1995, a defasagem idade x série, para crianças na faixa de 10 a 14 anos, ou seja, com idades compatíveis com o segundo ciclo do ensino fundamental (de 5ª a 8ª série), era de quase 2 anos no Brasil, chegando a 3 em certas regiões do país. Em 10 anos, a defasagem foi reduzida em 1 ano na média do país;
- A escolaridade média dos adultos analisada por região marca as fortes diferenças entre elas. Embora melhorando sensivelmente ao longo destes dez anos, tais desigualdades têm-se mantido inalteradas para algumas regiões.

	Defasagem Idade x Série em número de anos (faixa de 10 a 14 anos)			Escolaridade média em anos de estudo (pessoas com 25 anos ou mais)		
	1995	2001	2005	1995	2001	2005
Brasil	1,9	1,2	0,9	5,2	6,0	6,6
Norte	2,2	1,6	1,2	5,2	6,0	6,6
Nordeste	2,9	1,9	1,4	3,8	4,4	5,0
Centro-Oeste	1,7	1,0	0,8	5,4	6,1	6,8
Sudeste	1,4	0,8	0,7	5,9	6,7	7,2
Sul	1,2	0,8	0,6	5,6	6,3	6,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - IBGE

PERSPECTIVAS PARA 2008

Com a mensuração simultânea das habilidades de Letramento e Numeramento combinadas em um único levantamento, o Inaf/Brasil passa a ser realizado a cada dois anos. Isto não significa porém que o tema ficará esquecido em 2008. Ao contrário, são grandes as expectativas para o próximo ano:

- O Inaf vem sendo crescentemente considerado como uma ferramenta extremamente valiosa no diagnóstico e monitoramento da situação educacional de populações específicas. Bons exemplos disto são o Inaf do Estado do Rio Grande do Sul e da população carcerária do Estado de São Paulo realizados em 2006. Neste ano de 2007, a iniciativa mais notável deu-se no Município de Campinas (SP), onde o Inaf é um dos principais indicadores utilizados por gestores educacionais e entidades da sociedade civil, signatários do Compromisso de Campinas pela Educação;
- Com a maior flexibilidade para a formatação de novos testes graças à introdução da TRI, podemos preparar testes sob medida para populações específicas, sempre com dados comparáveis com a população brasileira. Com este aperfeiçoamento será possível conduzir estudos sobre grupos populacionais - como, por exemplo, os egressos de cursos de alfabetização para adultos, os funcionários de uma empresa etc. - com base na mesma escala de proficiência e avaliar resultados obtidos por programas de alfabetização e de capacitação em âmbito público ou privado;
- De grande contribuição será também a análise das correlações existentes entre a escala de proficiência de leitura/escrita e de matemática. Especialistas da área da educação poderão certamente dar a estes dados uma nova leitura, agregando densidade aos nossos estudos.
- Os dados coletados nesta 6ª edição do Inaf permitem ainda uma série de análises que acreditamos sejam de grande interesse para estudiosos, gestores de políticas educacionais e para a sociedade em geral.

Mais do que agregar mais um dado alarmante sobre a situação da educação brasileira, o Inaf/Brasil mostra que a escolarização é uma base, mas que as oportunidades de aprendizagem precisam ser contínuas ao longo da vida e que outros espaços como o ambiente de trabalho, os equipamentos e a indústria cultural precisam ter esses elementos em vista.

Complementar às avaliações escolares, o Inaf/Brasil consegue mostrar os resultados da educação escolar e continuada na população, fornecendo uma visão abrangente do problema. Permite uma visão de como agem de forma integrada a expansão das oportunidades educacionais e a piora / melhora da qualidade de ensino. Abarcando o conjunto da população, o Inaf é capaz de mostrar que pouco adianta uma escola de excelência que atenda a uma minoria; por outro lado, a massificação dos serviços escolares não pode se dar com o abandono na noção de qualidade. Uma nova qualidade precisa ser construída, considerando as demandas de uso da leitura, escrita e matemática não só para a continuidade dos estudos, mas para se inserir de forma eficiente e autônoma no mundo do trabalho e do exercício da cidadania.

OS ORGANIZADORES

O **Instituto Paulo Montenegro** é uma organização sem fins lucrativos que desenvolve e dissemina práticas educacionais inovadoras que contribuam para a melhoria da qualidade da educação, um dos fatores que mais influenciam na diminuição das desigualdades sociais, na melhoria das condições de vida da população, assim como na inserção do país em um mercado cada vez mais competitivo e globalizado.

Com a criação, no ano 2000, do Instituto Paulo Montenegro, o Grupo IBOPE confirma sua posição como uma empresa socialmente responsável, trabalhando com programas educacionais baseados nos conhecimentos em pesquisas da empresa, produto de mais de 65 anos de experiência no Brasil.

A **Ação Educativa** é uma organização não governamental fundada em 1994, com a missão de promover os direitos educativos e da juventude, tendo em vista a justiça social, a democracia participativa e o desenvolvimento sustentável no Brasil. A capacidade de realização da Ação Educativa resulta do alto empenho de sua equipe e da confiança e colaboração de uma ampla rede de parceiros nacionais e internacionais.

Agradecimentos:

Professora Maria da Conceição dos Reis Fonseca - Universidade Federal de Minas Gerais

Professor Tufi Machado Soares - CAED/Universidade de Juiz de Fora

Maurício Garcia e equipe de Estatística e Processamento de Dados - IBOPE Inteligência